



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## COMISSÃO ESPECIAL

### PARECER EM TURNO ÚNICO

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 473/2023

### RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 473/2023, de autoria dos vereadores Ver.(a) Braulio Lara; Ver.(a) Ciro Pereira; Ver.(a) Cláudio do Mundo Novo; Ver.(a) Cleiton Xavier; Ver.(a) Flávia Borja; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) José Ferreira; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Professora Marli; Ver.(a) Wesley Moreira; Ver.(a) Wilsinho da Tabu que "Susta parcialmente efeitos de dispositivo do Decreto Municipal nº Decreto 16.529 de 29 de dezembro de 2016", vem a esta Comissão Especial, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Posto isso, passo à análise da proposição para emissão do parecer.

### FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Resolução determina que sejam sustados os efeitos dos itens 327, 329, 332 e 342, todos do Anexo I do Decreto 16.529 de 29 de dezembro de 2016 que "Dispõe sobre a Política Municipal de Controle e Fiscalização das Fontes Poluidoras e dá outras providências referentes à Política Ambiental do Município".

Segundo os autores do Projeto "a sustação é medida que se impõe uma vez que os itens destacados do Anexo I do Decreto

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 13/03/2023  
HORA. 17:14:34



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

16.529 de 29 de dezembro de 2016, estão vinculados a dispositivo completamente subjetivo. Ao remeter a penalidade a "emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora, causando incômodo à vizinhança", fica claro que a norma não se reveste do caráter objetivo necessário aos atos da administração pública. A subjetividade da norma deixa o empreendedor a mercê do entendimento de cada agente de fiscalização municipal. Ao não determinar o que seria a "quantidade perceptível", aliado ao sentimento de terceiros (causando incômodo à vizinhança), não são adequados para constituir obrigação pela óbvia insegurança jurídica causada."

Assim, após breve explanação do projeto, passo à análise que é própria desta Comissão Especial, para verificar a conformidade do aspecto constitucional, legal, regimental e de mérito do Projeto em tela.

## **DA CONSTITUCIONALIDADE**

Também conhecido por controle de constitucionalidade preventivo, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal analisar a conformidade dos projetos de Lei de acordo com os princípios e preceitos Constitucionais para evitar que uma norma inconstitucional adentre o ordenamento jurídico, deixando resguardada a análise de mérito para momento oportuno.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 2º, consagrou o princípio da separação dos poderes, o qual determina:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

"Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

O princípio da separação dos poderes tem como pilares a independência e harmonia entre legislativo, executivo e judiciário. Sendo assim, cada poder tem a esfera de atuação típica que lhe compete.

No caso, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, inciso I e Constituição da República:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Constituição Mineira, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar "sobre assuntos de interesse local".

Nesse sentido, o PR 273/2023 - ao intentar sustar os efeitos de uma norma de interesse local, qual seja, a penalidade a "emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora" de forma subjetiva - não adentra na esfera de competência dos demais entes federativos, sendo, portanto, constitucional, uma vez que está em conformidade com o art. 30, I da Magna Carta de 1988 e com o art. 171, I, da Carta Mineira.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Ante o exposto, manifesto pela constitucionalidade do Projeto de Resolução nº 473/2023..

Transposta esta etapa, passemos a análise da Legalidade.

## **DA LEGALIDADE**

Aqui, a legalidade (stricto sensu) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

O art. 84, inciso XX, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (em completa simetria com o art. 49, V, da CF/88 e com o art. 62, XXX, da Constituição Estadual de Minas Gerais) estabelece que:

Art. 84 - Compete privativamente a Câmara Municipal:

XX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

Cumpre, então, analisar se a proposição em tela encontra-se em conformidade com o disposto no art. 84, XX, da Lei Orgânica do Município.

O Prefeito de Belo Horizonte exorbitou o poder regulamentar ao estabelecer norma que não se reverte de caráter objetivo, autorizando fiscalização por parte do Poder Público onde não há parâmetros corretos e determinados, ou seja, a penalidade hora aplicada não possui critérios e pode ser ou não aplicada em situações idênticas ou pior, ser aplicada quando não deveria.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Desta forma, do ponto de vista legal e jurídico, manifesto pela legalidade do Projeto de Resolução nº 473/2023.

## **DA REGIMENTALIDADE**

No que tange à regimentalidade do Projeto de Resolução nº 473/2023, verifico que foi instruído corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico irregularidade capaz de impedir o prosseguimento do projeto.

## **DO MÉRITO**

Após análise jurídica do Projeto de Resolução, mesmo na análise de mérito há de se destacar novamente o absurdo jurídico vigente na legislação municipal. Não é cabível que um agente público, incumbido da função de fiscalizador tenha autoridade e poder de aplicar penalidade pela emissão de odores que "podem ou não" incomodar vizinhos ou quem quer que seja.

Fato é que ninguém pretende incentivar qualquer pessoa a incomodar a vizinhança, que é conduta que deve ser fiscalizada e impedida, existe legislação e fiscalização para que tais condutas não aconteçam, e por mais complexo que possa ser identificar quando um cheiro incomoda ou não, é totalmente desproporcional que o critério de "incômodo" seja o entendimento do agente fiscalizador, o seja, de caráter subjetivo, uma vez que o que pode incomodar uma pessoa pode não ser incômodo para outra.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Portanto, entendo que o projeto deve prosperar, e que deve o Poder Público estabelecer parâmetros e critérios para que a emissão de odores não seja um incômodo, mas que esse critério não seja subjetivo.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação do Projeto de Resolução nº 473/2023.

Belo Horizonte, 13 de março de 2023.

**RUBEM  
RODRIGUES DE  
OLIVEIRA  
JUNIOR:0315032  
6699**

Assinado de forma  
digital por RUBEM  
RODRIGUES DE  
OLIVEIRA  
JUNIOR:03150326699  
Dados: 2023.03.13  
17:12:14 -03'00'

---

**Vereador Rubão**

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

**RELATÓRIO****▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

**Data de verificação** 13/03/2023 20:15:55 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

**▼ Informações do arquivo**

**Nome do arquivo** Parecer comissão especial Projeto de Resolução 473-23.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 313a1b551d3ca2500be916a4e2e4d426677a5c3bddcf1920203280b18888ca89  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

**▼ BR Assinatura por CN=RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:\*\*\*503266\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

**▼ Informações da assinatura**

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 13/03/2023 20:12:14 UTC

**► Informações do assinante**

**► Caminho de certificação**

---

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐